

política

Dino manda PF investigar suspeita de omissão da CVM

Ministro cita comunicação do FGC que tratava de indícios sobre o Master

/ INVESTIGAÇÃO

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino determinou nesta quinta-feira que a Polícia Federal instaure inquérito para apurar se a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) foi omissa ao analisar suspeitas de irregularidades relacionadas ao Banco Master. Ele ordenou a abertura da investigação em ação que relata e trata da capacidade de a CVM, autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, de executar ações de fiscalização. Segundo o ministro, há suspeitas sobre a comissão que “ultrapassam a esfera de possíveis irregularidades exclusivamente administrativas ou regulatórias”.

“Há indícios que configuram o dever legal de apuração de eventuais ilícitos relacionados à atuação funcional de agentes públicos ligados à Comissão de Valores Mobiliários, bem como de autoridades de alto escalão que teriam influenciado em processos decisórios na autarquia”, afirmou.

Na decisão, ele menciona uma comunicação enviada pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) em 2022 que já tratava de suspeitas relacionadas ao Master, que foi “classificada pela área técnica como denúncia anônima desprovida de elementos sufi-



Flávio Dino quer apuração sobre agentes públicos e alto escalão da comissão

cientes para justificar o prosseguimento da apuração e, posteriormente, arquivada”.

“A comunicação encaminhada à CVM em fevereiro de 2022 continha informações detalhadas sobre possível insuficiência financeira do Grupo Master, inconsistências em demonstrações contábeis, manipulação das cotações de fundos abertos, reavaliação de ativos deteriorados mantidos em fundos fechados e utilização de recursos captados com cobertura do Fundo Garantidor de Créditos para aquisição de ativos de baixa liquidez”, diz o ministro.

Para Dino, a tramitação desse procedimento “descreve circunstâncias que, em tese, ultrapassam

o domínio de simples falhas operacionais ou deficiências regulatórias e recomendam apuração específica acerca da eventual prática de ilícitos penais e administrativos, no âmbito da CVM”.

O ministro também entendeu que o novo inquérito deve ficar sob sua relatoria por considerar que ele tem conexão com a investigação de operações financeiras entre o Master, de Daniel Vercaro, e concessionárias de cemitérios do município de São Paulo.

Além da instauração de inquérito sobre o tema, ele também ordenou que a CVM envie a ele, em 72 horas, cópia dos procedimentos que são alvo de investigação.

CNJ cancela R\$ 4,7 bilhões em precatórios ligados ao Banco Master

O corregedor nacional de Justiça, Benedito Gonçalves, determinou nesta quarta-feira o cancelamento de precatórios de usinas do setor sucroalcooleiro que negociaram os créditos com o Banco Master. Os títulos são avaliados em R\$ 4,7 bilhões.

A medida foi motivada por uma ação da Advocacia-Geral da União para cancelar decisões do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), que determinaram o depósito do valor de 16 precatórios em uma conta judicial, sem o trânsito em julgado dos processos que reconheceram a dívida da União.

Na decisão, Benedito Gonçalves afirmou que o CNJ já determinou o cancelamento e o pagamento de diversos precatórios expedidos sem o trânsito em julgado pelos tribunais regionais federais. “Mais de um ano depois da ordem de cancelamento, esses requisitórios continuam registrados como precatórios bloqueados, com R\$ 4,7 bilhões mantidos em contas judiciais”, afirmou.

O caso dos precatórios bilionários do Master veio à tona após

uma reportagem do portal Metrô-poles revelar a existência de um contrato de R\$ 427 milhões entre o Master e escritório da advogada Camilla Ramos, esposa do desembargador Newton Ramos, do TRF-1. O valor seria pago em caso de sucesso nas causas referentes ao setor sucroalcooleiro.

O contrato foi encontrado pela Polícia Federal (PF) no celular do ex-banqueiro Daniel Vercaro. Em nota, o escritório Queiroga, Vieira, Queiroz e Ramos declarou que possui contrato formal com o Master para atuar nos processos que envolvem precatórios, mas não recebeu qualquer pagamento “a título de pró-labore ou de êxito”.

O acesso da PF ao celular de Vercaro também revelou que assessores do ex-banqueiro citaram que a advogada e o desembargador seriam da “Turma do KN”, em referência ao ministro Kássio Nunes Marques, da Suprema Corte. O ministro declarou que nunca trocou mensagens com Vercaro nem autorizou ninguém a falar em seu nome.

Operação Crédito Oculto envolve seis estados e DF

Promotores, policiais e auditores fiscais apuraram na manhã desta quinta-feira um total de 32 locais em 11 cidades de seis estados e no Distrito Federal para desbaratar o esquema de lavagem de dinheiro da máfia dos combustíveis acusada de manter ligações com o Primeiro Comando da Capital (PCC).

Entre os 40 alvos da Operação Crédito Oculto estão o ex-sócio proprietário do Banco Genial Humberto Tupinambá, o empresário Antonio Carlos Freixo Junior, o Mineiro, delator do Banco Master, e o Grupo Entre, usado pelo ex-banqueiro Daniel Vercaro para enviar US\$ 12,33 milhões para financiar o filme Dark Horse, a cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A reportagem procurou a defesa dos investigados, mas não conseguiu contato. O espaço segue aberto.

As buscas foram pedidas pelo Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público de São Paulo, e autorizadas pelo juiz Sandro Nogueira de Barros Leite, da 2.ª Vara Criminal de Catanduva, e ocorrem em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Distrito Federal.

A ação está fundamentada em provas obtidas na primeira fase da Operação Carbono Oculto, como contratos, documentos, mensagens e áudios apreendidos em celulares e computadores dos investigados. Eles demonstrariam o esquema que teria permitido dissimular a fortuna dos empresários Roberto Augusto Leme da Silva, o Beto Louco, e Mohamad Hussein Mourad, o Primo, para a compra da distribuidora de combustíveis Terrana.

A empresa é do Rio de Janeiro e chegou a figurar entre as 10 maiores distribuidoras do País. A aquisição pode ter custado até R\$ 153 milhões, de acordo com as investigações. Beto Louco e Mohamad tentaram esconder das autoridades que eles estavam por trás da operação. Os dois estão foragidos desde a deflagração da primeira fase da Operação Carbono Oculto, em 28 de agosto de 2025, quando tiveram a prisão decretada no Paraná.

O Gaeco aprofundou as investigações sobre como a dupla de empresários usou fundos de investimentos para também esconder que são os verdadeiros proprietários de imóveis de valores multimilionários. Eles teriam continuado o esquema que já tinham com a Reag Investimentos, que geria e administrava fundos suspeitos.

